



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0410/09	DATA: 23/04/2009
INÍCIO: 10h36min	TÉRMINO: 12h30min	DURAÇÃO: 01h53min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h53min	PÁGINAS: 41	QUARTOS: 23

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ALFREDO PERES DA SILVA – Diretor do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN. MARCELO APARECIDO MORENO – Coordenador-Geral de Administração do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. ARIDNEY LOYELO BARCELLOS – Coordenador-Geral de Planejamento Operacional do Sistema Nacional de Trânsito do Departamento Nacional de Trânsito. SÉRGIO MAX – Coordenador-Geral de RH da Polícia Rodoviária Federal.

SUMÁRIO: Discussão sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito — FUNSET.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Declaro aberta a 10ª reunião ordinária de audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, aprovada pelo Plenário da Comissão por meio de requerimento de autoria da Deputada Solange Almeida, para discutir a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito — FUNSET.

Convido para compor a Mesa o Sr. Alfredo Peres da Silva, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito — DENATRAN; o Inspetor Marcelo Aparecido Moreno, Coordenador-Geral de Administração do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, representando o Sr. Hélio Cardoso Derenne, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; e o Sr. George J. Marques, Presidente da Associação Brasileira de Educação de Trânsito — ABETRAN. Agradecemos a todos a presença.

A Comissão pede desculpas pelo atraso no início da audiência pública, pois há certas circunstâncias que, muitas vezes, não permitem que comecemos no horário.

O Sr. George Marques não se encontra. Ontem à noite ele comunicou à Comissão que não viria, e não creio que haja algum representante da ABETRAN aqui. Há alguém aqui? *(Pausa.)*

Convido para usar da palavra, inicialmente, o Sr. Alfredo Peres da Silva, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito — DENATRAN. S.Sa. dispõe de até 20 minutos, prorrogáveis, caso necessário.

O SR. ALFREDO PERES DA SILVA - Sr. Deputado Silvio Torres, Presidente da Comissão, Sras. e Srs. Deputados, é com muita honra que participo desta reunião, até para prestar contas com relação aos recursos arrecadados pelo DENATRAN.

O Código Nacional de Trânsito previu que todos os recursos oriundos de multas fossem destinados à aplicação no sistema de trânsito. Ao longo dos anos, desde 1998, tivemos arrecadação crescente no número de multas, gerando em torno de 3 bilhões de reais/ano. Desses recursos oriundos de multa, 95% ficam com os órgãos aplicadores, que são os Municípios e os Estados, e 5% são destinados ao DENATRAN e recolhidos ao Tesouro Nacional. Então temos arrecadação em torno de 250 milhões de reais/ano com o FUNSET.

[P1] Comentário: Sessão:0410/09
Quarto:1 Taq.:Andréa Nogueira Rev.:



Além dos recursos do FUNSET, oriundos de 5% das multas, temos também os 5% oriundos do Seguro Obrigatório — do total pago ao Seguro Obrigatório, 45% são destinados ao Ministério da Saúde para retorno ao SUS pelo atendimento aos acidentados — e 5% do DPVAT, que também originam em torno de 250 milhões de reais/ano. Assim, há uma arrecadação, que tem sido crescente ao longo dos anos, em torno de 500 milhões de reais. Trouxe alguns dados para apresentar.

(Segue-se exibição de imagens.)

O orçamento do DENATRAN, ao longo dos anos, sempre ficou em torno de 65 milhões de reais. Em 2005, foram 65 milhões de reais; em 2006, também 65 milhões de reais; em 2007, a mesma coisa. Em 2008, houve uma modificação, porque foi aprovado um orçamento de 126 milhões de reais, depois houve um corte, em virtude da perda da CPMF. O Congresso reduziu o orçamento do DENATRAN, que passou para 106 milhões de reais. Devido a essa diferença foi que, ao longo dos anos, foram sendo acumulados recursos.

É muito importante termos consciência de que o DENATRAN só pode aplicar aquilo que está no orçamento. Se não estiver no orçamento, não há condição de o DENATRAN aplicar o recurso.

[P2] Comentário: Sessão:0410/09
Quarto:2 Taq.:Andréa Nogueira Rev.:

Com relação ao fundamento legal, o art. 320 do Código de Trânsito define que todos os recursos oriundos de multas têm de retornar para o sistema de trânsito. A Lei nº 9.602 criou o FUNSET, e o Decreto nº 2.613 o regulamentou. Uma resolução do CONTRAN definiu como devem ser aplicados esses recursos oriundos de multa, assim como a de nº 263.

Às vezes, existem muitas discussões sobre se, dos recursos oriundos de multas que ficam nos Estados, que são 95% do total arrecadado, deve haver um percentual fixo, por exemplo, para a área de educação. O CONTRAN preferiu não definir percentual; definiu onde deve ser aplicado. Cada Estado e cada Município decide a melhor forma de aplicar o recurso.

Então, para o FUNSET, temos os 5% da arrecadação de multas.

Temos, com o Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito, a taxa que o DENATRAN cobra de cada veículo que é colocado no mercado para comercialização. O DENATRAN analisa as condições de segurança do veículo,



depois o aprova e, a partir dali, ele entra num cadastro que possibilita que seja comercializado.

O Registro Nacional de Infrações de Trânsito — RENAINF é a câmara de compensação que o DENATRAN mantém para cobrança das multas interestaduais.

O credenciamento de instituições técnicas é a taxa cobrada quando o DENATRAN credencia uma empresa de inspeção.

Depois, temos o contrato de acesso ao Sistema RENAVAM. Algumas entidades têm interesse na consulta de dados do DENATRAN, que cobra por isso. Ano passado, 70% das despesas do DENATRAN foram custeadas por receita própria.

E temos também a aplicação dos próprios recursos.

Essa é a arrecadação do FUNSET. Estamos falando em FUNSET, que é só esse recurso oriundo das multas.

Então, ao longo do tempo, tivemos 133 milhões de reais; 164 milhões de reais; 193 milhões de reais, em 2007; e 233 milhões de reais, em 2008. Foram 170 milhões de reais em multas, mas o total da receita do DENATRAN foi de 233 milhões de reais.

Em 2009, com os 5% arrecadados de multas estimamos o valor de 204 milhões de reais, mas o total de receita prevista é de 284 milhões de reais. São, então, 80 milhões de reais de receitas diretas do DENATRAN.

Deputado Simão Sessim, todas essas receitas do DENATRAN vão direto para o Tesouro Nacional. Quer dizer, essas receitas não recompõem o orçamento do órgão.

Esta é uma representação gráfica: o maior recurso, 73%, é oriundo de multas, e, depois, vêm os demais recursos.

Uma coisa que não era feita e que começamos a fazer foi aquela aplicação financeira. O Departamento tem o direito de fazer aplicação, então começamos a fazê-la com os recursos oriundos das receitas próprias, e hoje representam 34 milhões de reais da arrecadação.

Este é o saldo de arrecadação no período de 1998 a 2008. Vemos o que aconteceu, ao longo do tempo, com os recursos oriundos de multas.

[P3] Comentário: Sessão:0410/09
Quarto:3 Taq.:Lelaine Rev.:



Nós tivemos, a partir de 1998, receita de 4 milhões de reais, nenhuma despesa, e, ao longo do tempo, isso foi acumulando. Em 2008, nós tivemos uma receita proveniente de multas de 233 milhões de reais, mas tivemos aplicados no orçamento apenas 86 milhões de reais. Então, nós tivemos, só no ano de 2008, 147 milhões de reais que ficaram acumulados. O total acumulado na conta do FUNSET é exatamente de 595 milhões de reais, até dezembro de 2008.

Este quadro mostra a evolução orçamentária e financeira do FUNSET. É aqui que vai acontecendo a diferença — o azul é o orçamento do DENATRAN; o vermelho é o valor arrecadado; e o amarelo, o executado. V.Exas. podem verificar que, em 1998, nós praticamente não tínhamos receita. A receita era muito baixa em 1998, mas o DENATRAN tinha orçamento sempre muito maior que o valor previsto. Ao longo do tempo, foi ocorrendo o contrário. A receita foi aumentando, e o orçamento do DENATRAN ficou praticamente igual ao longo dos anos. E esse orçamento de 70 milhões de reais foi sendo consumido principalmente pelas despesas com o SERPRO, oriundas das consultas que Estados e Municípios fazem à nossa base de dados.

Cada emissão de carteira de habilitação, cada aplicação de multa, cada lacre de veículo, cada licenciamento de veículos gera consulta ao nosso sistema. E quem paga todas essas consultas feitas por Estados, Municípios e órgãos federais, como DNIT e Polícia Rodoviária, é o DENATRAN. Então, o orçamento do DENATRAN, ao longo do tempo, vinha sendo consumido basicamente com as despesas de manutenção do RENAVAL/RENACH, que é obrigação do DENATRAN.

Nós vemos aqui a consequência disso e que está sendo mudada somente agora, em 2009.

Em 2008, nós tivemos uma melhora. Saímos de 76 milhões de reais para um orçamento em torno de 100 milhões de reais, mas, assim mesmo, nós tivemos o corte feito pelo próprio Congresso Nacional. O Executivo enviou um orçamento de 126 milhões de reais — não estou bem lembrado —, e houve um corte. Em virtude da perda da CPMF, o Congresso teve de reformular o Orçamento e cortou o orçamento do DENATRAN.

Chamo a atenção de V.Exas. para o seguinte fato: o DENATRAN não pode gastar nada do FUNSET ou do DPVAT se não estiver previsto no orçamento. E,



mesmo previsto no orçamento, é preciso ter autorização financeira, ou seja, autorização para fazer o empenho.

No ano passado, nós tivemos também uma modificação no reforço orçamentário, aprovado pelo Congresso no dia 13 de dezembro. Até esse dia, nós tínhamos uma execução orçamentária em torno de 98% — quer dizer, nós conseguimos executar o máximo possível. Foi então aprovado esse reforço orçamentário de 204 milhões de reais, no dia 13 de dezembro. O que aconteceu? Não houve liberação para empenho desse valor, nós terminamos o ano com um orçamento triplicado, e a nossa execução caiu para 36%.

Nós vamos ter uma reformulação total das aplicações dos recursos apenas neste ano. Pela primeira vez, o orçamento do DENATRAN tem o valor da sua arrecadação previsto para 2009. O nosso orçamento está saindo de 106 milhões de reais, ano passado, para 534 milhões de reais neste ano. Dos 534 milhões de reais, 281 milhões de reais são do FUNSET.

[P4] Comentário: Sessão:0410/09
Quarto:4 Taq.:Lelaine Rev.:

Esse quadro mostra a aplicação dos recursos do FUNSET. Aqui, ao longo dos anos, nós vemos que houve aumento das aplicações ano a ano. Em 2008, dos cento e tantos milhões arrecadados, 86 milhões de reais foram aplicados pelo DENATRAN. O sistema de informações é referente aos recursos pagos ao SERPRO.

Em relação à educação, nós temos 3 milhões de reais; gestão administrativa do programa, 3 milhões de reais; publicidade, 15 milhões de reais; fomento e pesquisa, 943 mil reais.

No que se refere à capacitação de professores, o DENATRAN formou, no ano passado, quase 5 mil profissionais de trânsito nos municípios. O DENATRAN é obrigado a fazer essa capacitação, auxiliando os municípios na formação de seus agentes. Quando o município se integra ao Sistema Nacional de Trânsito, ele cria um corpo próprio de agentes. Por isso, esse pessoal precisa ser qualificado. E o DENATRAN tem auxiliado nessa parte.

Temos uma previsão, para este ano, na área de educação, de 3 milhões de reais para 14 milhões e 800 mil reais; gestão administrativa, de 3 milhões e 700 mil reais para 12 milhões de reais; e com publicidade, que, no ano passado, foram gastos 15 milhões de reais, a previsão para este ano é de 120 milhões de reais.



Essa partição é baseada na definição de recursos aplicados, que seria de 534 milhões de reais. O DENATRAN faz a distribuição. A destinação do recurso oriundo do FUNSET resultou em gastos de 281 milhões de reais.

Dos 534 milhões de reais, ficou definido — estamos falando do FUNSET, mas nós temos também os recursos do DPVAT, que vão somar os 534 milhões de reais — que o DENATRAN repassaria 100 milhões de reais ao DNIT para implementação de barreiras; repassaria à Polícia Rodoviária Federal 18 milhões de reais; à FUNDACENTRO, 12 milhões de reais, com a finalidade de realizar um estudo sobre a atividade do motociclista; e à Secretaria de Mobilidade Urbana, 120 milhões de reais, para promover investimentos nas áreas municipais com relação à acessibilidade nos projetos do Ministério das Cidades. Daí o total da aplicação dos recursos. Quer dizer, diretamente aplicados pelo DENATRAN nós vamos chegar ao valor de 281 milhões de reais. O restante o DENATRAN vai transferir para outros Ministérios, visto que também tem essa função. Ou seja, os recursos do FUNSET podem ser aplicados por outros Ministérios, inclusive os que fazem parte do CONTRAN.

Sr. Presidente, são essas as informações que preliminarmente queria apresentar. O Dr. Ari ficará aqui para fazer o detalhamento. Peço a V.Exa. desculpas pela coincidência de compromissos que está ocorrendo hoje, tendo em vista que fomos convocados também pela Comissão de Justiça do Senado Federal, para discutir a regulamentação do motofrete e do mototáxi, exatamente nesta hora.

Outra preocupação da Deputada era com relação à transparência. O DENATRAN disponibilizou no seu *site* todo o detalhamento dos recursos arrecadados e aplicados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Dr. Alfredo Peres da Silva a exposição. S.Sa. já nos tinha alertado que precisaria se retirar. Quando ele o fizer, vai ser substituído por um representante do DENATRAN, que também chamaremos à mesa.

Passo a palavra agora ao inspetor Marcelo Aparecido Moreno, Coordenador-Geral de Administração do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, que está

[P5] Comentário: Sessão:0410/09
Quarto:5 Taq.:Paulo Rev.:



aqui representando o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. S.Sa. tem o prazo de até 20 minutos para a sua exposição.

O SR. MARCELO APARECIDO MORENO - Muito bom dia, ilustre Presidente, Deputado Silvio Torres; Deputada Solange Almeida, que assinou o requerimento de realização desta audiência pública; Deputado Simão Sessim; colega diretor do DENATRAN, Sr. Alfredo Peres; demais presentes.

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, na condição de órgão de trânsito nacional, integra o Sistema Nacional de Trânsito e é responsável pela fiscalização de uma malha de mais de 62 mil quilômetros de rodovias federais.

Para termos ideia, o relatório de gestão do órgão, publicado na Internet, referente ao exercício de 2008, aponta que tivemos 138.802 acidentes nas rodovias federais fiscalizadas pelo órgão, com mais de 83 mil feridos e 6.858 mortos.

Entretanto, ainda se verificou redução, especificamente quanto ao número de mortos, comparativamente ao ano anterior, 2007: houve 212 mortes a menos.

Aqui acho importante ressaltarmos a relevância da segurança viária, ação em que todos nós componentes desse sistema temos buscado, da melhor forma possível, alcançar os objetivos do Código de Trânsito Brasileiro.

Segundo estudos do IPEA, o custo social decorrente desses acidentes, se nós considerarmos o impacto que isso traz à Previdência, pela incapacidade das pessoas, ao SUS, enfim, o impacto absorvido principalmente pelo setor público, só para o número de mortos supera 400 mil reais por pessoa falecida. Sendo que, somente para exemplificar, essa redução que mencionei representaria, no ano passado, 99 milhões de reais, além do principal aspecto que é salvar vidas, preservar vidas, objetivo dos órgãos que compõem o sistema.

Entretanto, eu comungo com as observações do diretor do DENATRAN em um aspecto muito importante. Eu respondo pela área orçamentária e financeira do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, no que diz respeito ao que o Estado tem propiciado em termos de dotação para que possamos dar mais vazão à redução de acidentes, a esse combate, para que ele seja mais eficaz.

Por contingências orçamentárias, nós também temos orçamento em torno de 200 milhões de reais ao ano, sendo que, deste orçamento, se nós destacarmos o que é destinado aos benefícios, que são despesas obrigatórias, e as despesas com



a manutenção da unidade, para a área específica de fiscalização e educação de trânsito não têm sido suficientes esses recursos para que nós possamos atuar de forma mais eficaz. Para este ano nós temos 200 mil reais na ação de educação para o trânsito.

No entanto, o Departamento tem buscado suplantar essas dificuldades, mediante parcerias e projetos que têm sido desenvolvidos na área de educação para o trânsito. Há o Projeto Siga Bem Caminhoneiro, campanhas de educação de trânsito ao longo das rodovias, com ênfase principalmente nos motoristas profissionais, em especial os próprios caminhoneiros. Isso tem criado uma boa sensação na sociedade em relação a esse aspecto, porque a problemática maior não consiste unicamente na educação, mas certamente a educação é o ponto primordial.

Nós tivemos no ano passado um grande desafio: a denominada Lei Seca: alcoolemia zero. Ela fez com que os órgãos de fiscalização — o Departamento de Polícia Rodoviária Federal é um órgão de atuação direta com a sociedade, é um órgão de fiscalização e execução — tivessem mais um desafio: fazer com que o esforço legal...

[P6] Comentário: Sessão:0410/09
Quarto:6 Taq.:Paulo Rev.:

Há de se destacar o empenho do Congresso Nacional em fazer com que tanto o Código de Trânsito, com suas alterações, e o papel importante do DENATRAN nessas resoluções, nessa regulamentação... Mas que esse esforço legal se torne eficaz. Sabemos que isso depende muito da fiscalização, para que não haja a sensação de impunidade dos usuários das rodovias. Sabemos, também, que grande número dos acidentes é em decorrência da imprudência nas rodovias. A fiscalização é importante nesse sentido.

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, especificamente quanto ao FUNSET, como os demais órgãos do Sistema de Trânsito que aplicam e arrecadam multas, tem a obrigatoriedade de fazer esse repasse. Os DETRANs cobram as multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal diretamente. Esse repasse é feito pelo próprio DETRAN. As multas são pagas no boleto da Polícia Rodoviária Federal. Isso é feito automaticamente pela própria Guia de Recolhimento da União.

Informo que o Departamento, no ano passado, repassou pouco mais de 9,3 milhões de reais a título do FUNSET.



Entretanto — acho importante ilustrar, e foi bem observado pelo DENATRAN —, não basta termos o financeiro, se nós, da administração pública, não temos dotação orçamentária para realizar essas despesas.

Cito aqui, como exemplo, que, da mesma forma como o FUNSET... E o Dr. Alfredo previu que, este ano, há uma contemplação para a Polícia Rodoviária Federal de 18 milhões. Até precisaríamos certificar quanto ao limite de empenho e pagamento dessas despesas. Não sei, Dr. Alfredo, se isso também já foi sinalizado positivamente, mas... Pois não.

O SR. ALFREDO PERES DA SILVA - Por enquanto é orçamento.

O SR. MARCELO APARECIDO MORENO - Por enquanto... Também não há a garantia de execução desses recursos. Acho importante chamar a atenção dos membros do Congresso Nacional para esse assunto, porque no ano passado o Departamento, pela Comissão de Segurança Pública, presidida na ocasião pelo Deputado Raul Jungmann, foi contemplado com uma dotação para o aparelhamento da polícia, uma emenda da Comissão. Nós até procuramos fazer gestões junto com a Comissão, mas lamentavelmente essa dotação se tornou inócua, porque nós não tivemos os limites, a autorização para empenho dessas despesas.

Já passei aqui os números. A Polícia Rodoviária Federal... Não é essa a premissa, mas somente o que é arrecadado... No ano passado foram arrecadados em torno de 200 milhões de reais. É o correspondente ao que ela tem para arcar com todas as suas despesas, em todo o território nacional, para policiar e fiscalizar todos esses 62 mil quilômetros de rodovias. Aí está o porquê de não haver dotação maior alocada para a educação de trânsito. Mas é só para ilustrar.

A demanda, hoje — assim como em outros países —, dessa articulação de ações, para que culmine em uma ação eficaz do Estado para redução de mortes, recai também pelo monitoramento da rodovia. Hoje, o contingente de policiais é limitado, é restrito. Há necessidade de mais. Até porque a polícia atua na segurança pública também, não só na fiscalização de trânsito. Mas nós poderíamos obter muito mais em termos de resultado, assim como bons exemplos de outros países, com o incremento de tecnologia nas rodovias.



Nesse sentido, ainda é bastante pequeno o exercício das competências e atribuições da Polícia Rodoviária Federal no combate ao excesso de velocidade, por meio de equipamentos eletrônicos de redução.

Ainda assim nós temos uma arrecadação de 200 milhões, em virtude dessas multas aplicadas, de 2008, sendo que, em 2009, nós já estivemos na Secretaria de Orçamento Federal, abordando a seguinte questão, Sr. Presidente: há uma previsão de aumento dessa arrecadação, em virtude do aumento do esforço de fiscalização, com a perspectiva de superar a estimativa feita pelo Governo em relação a isso. Mas somente o custo operacional — só para ilustrar a dificuldade que a Polícia Rodoviária Federal enfrenta — para o processamento, como foi bem observado aqui... Isso existe, não podemos desconhecer. Para que o Estado aja, tem o custo dessa ação. Ele é pequeno frente à arrecadação do órgão, mas nem sequer esse custo tem sido viabilizado dentro dos nossos limites para fazer frente a essa fiscalização, gerando, às vezes, a sensação de termos limitado a nossa ampliação de controle e fiscalização — por exemplo, de velocidade, em virtude dessas questões.

Mas o que gostaria de ressaltar é exatamente a questão do limite.

O orçamento de 2009, já incluindo emendas orçamentárias, está em torno de 260 milhões. Entretanto, nós devemos receber esta semana a informação sobre os limites, em virtude do contingenciamento que haverá. E a sinalização, em princípio, é de que haverá contingenciamento também para a Polícia Rodoviária Federal.

Nós estamos falando do FUNSET, mas, nesse mesmo sentido, o que nós temos empenhado de despesas, dentro da premissa dos valores das multas que o art. 320 do Código de Trânsito prevê que devam ser aplicadas, tem sido bastante aquém desses valores que deveriam reverter exatamente para fiscalização e policiamento.

Então, basicamente, são essas as informações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Agradeço-lhes a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Inspetor Marcelo Moreno.

[P7] Comentário: Sessão:0410/09
Quarto:7 Taq.:Paulo Rev.:



O Sr. Alfredo Peres vai continuar conosco, inclusive para ouvir as indagações da autora do requerimento, Deputada Solange Almeida.

Estão presentes os Deputados Simão Sessim, do PP do Rio de Janeiro, e Edinho Bez, do PMDB de Santa Catarina.

Vamos dar início às perguntas dos Parlamentares, começando pela Deputada Solange Almeida, que se dirigirá aos nossos convidados.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Primeiramente, quero agradecer ao Presidente desta Comissão, que rapidamente marcou uma audiência pública. Devido à rapidez com que S.Exa. marcou a audiência, não tivemos tempo de convidar muitos Parlamentares. Quinta-feira é um dia ruim na Câmara dos Deputados, porque os Deputados já estão voltando para suas bases para fazer seus trabalhos em seus Estados.

Gostaria muito que o Deputado Beto Albuquerque estivesse presente.

Agradeço aos Deputados a presença.

O Deputado Hugo Leal, que foi o Relator da Lei Seca, também gostaria de estar presente, mas ele já havia assumido compromissos anteriormente. Por isso, não foi possível estar aqui.

Quero agradecer a presença ao Dr. Alfredo Peres, Diretor do DENATRAN; ao Inspetor Marcelo Aparecido Moreno, representando o Dr. Hélio Derenne, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Mais uma vez, percebemos que o problema do País não é dinheiro. O recurso existe.

Na palestra do Inspetor Marcelo, vimos que foram economizados quase 100 milhões com as mortes, fora os feridos, em número muito maior, que deixaram de existir.

Então, essa economia deve ter beirado os 200 milhões de reais para o SUS, para o País, em decorrência dos acidentes que deixaram de ocorrer, devido à atuação da Polícia Rodoviária Federal.

Eu gostaria de me dirigir ao Dr. Alfredo. Não estamos aqui para culpar ninguém, mas sim para auxiliar. O nosso papel é fiscalizar. Graças a Deus não estamos aqui para falar de desvio, de corrupção, mas sim de recursos que existem.



Se eles forem aplicados, representarão economia para o nosso País, economia de vidas, qualidade de vida, em prol das famílias brasileiras.

O FUNSET foi criado — há aqui as várias leis — para ser gasto exclusivamente em sinalização, Engenharia de Tráfego, policiamento, fiscalização e educação.

Então, eu fico admirada ao saber que o FUNSET paga gastos administrativos do DENATRAN. Se eu estiver errada, o senhor, por favor, me corrija. É uma das perguntas que faço.

[P8] Comentário: Sessão:0410/09
Quarto:8 Taq.:Paulo Rev.:

Setenta por cento dos recursos do FUNSET que foram efetivamente gastos no ano de 2008 foram utilizados para pagamento ao SERPRO. Certo? E aqui nós vimos... É até bom, porque, em uma audiência pública, podemos esclarecer vários fatos. Às vezes, no site, não temos bem a certeza do que seja. Esse recurso do SERPRO é utilizado para manutenção de um sistema que os Municípios e Estados acessam, quando precisam fazer uma habilitação de motorista ou quando precisam fazer uma renovação no seu sistema de DETRAN, de autorização dos automóveis que podem rodar. Só que os Estados recebem pelas carteiras de motorista — o DUDA — e recebem o IPVA. E ainda ficam, Estados e Municípios, com 95% das multas.

De 3 bilhões, somente 150 milhões vão para o FUNSET. O restante, 2 bilhões e 850 milhões de reais, fica nos Estados e Municípios. O SERPRO precisa manter esse sistema atualizado para que seja consultado pelos Estados e Municípios.

É uma aberração muito grande. É bom que venhamos aqui para poder trazer isso a público e, dentro da Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro, lutar, mostrar isso, dizer que não pode ser assim.

Esse recurso do SERPRO tem de ser bancado pelos Estados e Municípios, porque é a eles que servem. Não podemos tirar o recurso que é para educação no trânsito, para prevenção, para policiamento, para treinamento de mais fiscais, para sinalização, para mobilidade urbana. Não podemos deixar que esse recurso sirva para alimentar um sistema que é utilizado exclusivamente pelos Estados e Municípios.

Se formos falar aqui sobre a educação no trânsito, não vamos... Eu fui Prefeita do Município onde moro, no Estado do Rio de Janeiro. Todo ele é cortado



pela BR-101. Conheço a BR-101 antes e depois da concessão. Vemos o esforço da Polícia Rodoviária Federal em manter a ordem na BR-101, dentro do meu Estado. É constante o trabalho. Em véspera de feriado, nos feriados, os policiais rodoviários ficam efetivamente na estrada. Eles não ficam em gabinetes nem contam com o pessoal de apoio. Têm de fazer malabarismo, porque não podem contar com todo o seu efetivo nas estradas. Ainda têm de fazer a parte burocrática, porque não existe dentro da Polícia Rodoviária Federal um efetivo burocrático para assumir essa responsabilidade, que é justamente dar continuidade ao trabalho nas estradas. Tudo que é feito nas estradas — ocorrências, multas — tem a parte burocrática, que precisa ser colocada no sistema. Infelizmente, isso é feito pelos inspetores, devido à falta de pessoal burocrático, de pessoal de escritório.

Vemos que a Polícia Rodoviária Federal tem feito um esforço enorme para buscar novas parcerias. Inclusive está sendo procurada por entidades, visando descontar do Imposto de Renda, visando ter benefícios fiscais, apoiando o trabalho da Polícia Rodoviária Federal. Mas isso será retirado da arrecadação do País. E temos o recurso, que está lá parado. Vamos lutar por isso, junto com o Dr. Alfredo.

Eu acho que a audiência pública tem uma atividade muito importante. E não é só no momento da fiscalização, no momento da audiência pública, mas também após. Espero que possamos traçar juntos algumas medidas — já pedi aos Deputados presentes. Vamos marcar uma audiência com o Ministro Paulo Bernardo. Vamos mostrar isso a ele, junto com a Polícia Rodoviária Federal, junto com o Dr. Alfredo. Sabemos que é importante desempenhar esse papel político para que possamos reduzir muito mais o número de mortos, o número de acidentados.

Também devemos cobrar... Vemos que o Código Nacional de Trânsito traçou metas para essas multas que, sabemos, na maioria dos Municípios e Estados brasileiros, viram caixa único, sendo utilizadas para os mais variados objetivos, não sendo utilizadas na questão do trânsito. Vamos cobrar dos Estados e Municípios que utilizem isso, de acordo com o que o CONTRAN determinou em 2006, se não engano.

Acho que o nosso papel vai ser maior. Espero que, após esta audiência pública, possamos cobrar do Governo Federal que se gaste, porque, no final, teremos uma economia.

[P9] Comentário: Sessão:0410/09
Quarto:9 Taq.:Luciene Motta Rev.:



Fiquei admirada ao saber que a Polícia Rodoviária Federal é superavitária. O Departamento arrecada mais do que gasta. Então, não tem despesa para o nosso Estado, não tem despesa para o Brasil. Temos de brigar por mais recursos para a Polícia Rodoviária. Faremos isso aqui.

Vamos nos ater agora à elaboração de um plano de ação para que possamos estar juntos com os Estados. Talvez realizemos uma audiência pública, com a presença dos Secretários Estaduais de Transportes, para que possamos discutir essas ações e comprovar que, se realmente conseguirmos gastar os recursos do DENATRAN e do FUNSET na educação, na prevenção, na sinalização, no policiamento e na fiscalização, conseguiremos ter um decréscimo de gasto e, principalmente, propiciar qualidade de vida à nossa população. Muitas famílias perderam seus entes queridos — filhos, pais, mães. Mas também uma quantidade enorme de pessoas está ficando deficiente e com necessidades especiais, em decorrência dos acidentes de trânsito.

Quero agradecer muito ao Dr. Alfredo a presença. Acho que já tenho todos os esclarecimentos necessários. Peço a S.Sa. que leve o meu abraço à Polícia Rodoviária, ao Dr. Derenne.

O Dr. Alfredo terá sempre a minha admiração. S.Exa. colocou as coisas exatamente como elas são, isto é, com total transparência.

S.Sa. pode contar com o nosso apoio, com o apoio desta Comissão, com o apoio da Frente Parlamentar pela Segurança de Trânsito, para que possamos, efetivamente, transferir alguns gastos, ou aumentar a arrecadação, ou combinar que os Estados e Municípios deverão fazer a manutenção do sistema — talvez num projeto de lei — para que o DENATRAN possa realmente se debruçar sobre outras atividades que lhe são inerentes e que, com certeza, irão trazer muito mais retorno para o nosso País e não somente para o cadastro da habilitação dos motoristas e do registro de automóveis.

Estou muito satisfeita com a reunião. Temos trabalho pela frente e não vamos parar por aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos à Deputada Solange Almeida.



Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Simão Sessim. Se o Dr. Alfredo puder permanecer mais um pouco, por 2 minutos, aí já pode responder a ambos. Não sei se o Deputado Edinho Bez também gostaria de fazer uma rápida pergunta.

Deputado, Simão Sessim, peço a V.Exa. que seja breve para que possamos liberar o nosso convidado. Ele vai deixar um representante, mas gostaríamos de ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, serei rápido, até porque a intenção de falar não é no sentido de argüir. É muito mais para saudar esta audiência.

Tem razão a Deputada Solange Almeida quando requer a discussão de um dos temas mais importantes. Não estamos tratando apenas de trânsito, não estamos tratando apenas de recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito. Estamos tratando da prevenção de vidas. Esse é o enfoque maior que a Deputada Solange Almeida tentou, está tentando e continuará tentando dar ao assunto nesta Casa, porque ela o conhece, tem domínio absoluto dele, pois vive numa região onde há necessidade de grandes ações, no que diz respeito à educação no trânsito. S.Exa está ao lado de uma BR que só ceifa vidas, não é Deputada?

Fiquei muito feliz de estar aqui. Ao ver a composição desta audiência pública... Percebemos que a própria sala em que está sendo realizada é a da Comissão de Transporte. Daqui emergiram as leis que tentaram aperfeiçoar a legislação, no sentido da proteção, da educação do trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Que o Dr. Alfredo conhece muito bem, porque acompanhou durante muito tempo.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - E é exatamente nesse ponto que quero colocar o Dr. Alfredo.

Presidi esta Comissão há muito tempo. O Dr. Alfredo freqüentava-a. Ele era nosso assessor. Voluntariamente, trazia para cá projetos, colocando o Código Nacional de Trânsito como uma de nossas bandeiras.

Nesta audiência temos a pessoa certa para falar sobre o assunto. Depois, quando o vi, com muita felicidade, assumir o DENATRAN, fui dar-lhe um abraço e

[p10] Comentário:
Supervisor.:Víctor

[P11] Comentário: Sessão:0410/09
Quarto:10 Taq.:Luciene Motta Rev.:



lhe disse: *“Dr. Alfredo, agora é que chegou a hora de colocar em prática tudo aquilo que o senhor sonhava junto a nós. E nós vamos ficar felizes, porque é o homem certo para o lugar certo”*. Da mesma forma, Sr. Presidente, o Inspetor Marcelo, que representa aqui nosso amigo, o Dr. Derenne, que vem fazendo um trabalho maravilhoso, a ponto de ser reconduzido ao cargo já por 2 ou 3 vezes.

Vejo que esta reunião será, sem dúvida, um marco, como disse a Deputada Solange Almeida, para que avancemos. Talvez tenhamos que chegar aos Ministros para tentar sensibilizá-los. E olha que sensibilizar o Ministro Paulo Bernardo não é fácil. Vemos números maravilhosos mas quando olhamos para a aplicação desses recursos percebemos que eles estão ou contingenciados ou aguardando liberação. E os projetos não são viabilizados.

Neste momento, o Ministério das Cidades vem pregando com muita categoria a necessidade de os Municípios entrarem no programa de acessibilidade. No entanto, quando vamos ver, os recursos não existem.

Por isso, é também o meu desejo, ao cumprimentar a Deputada Solange Almeida pela iniciativa de realização desta audiência e pela forma como demonstrou, nas suas palavras, a vontade de continuar lutando — S.Exa. requer, nesta Comissão, esta audiência porque é pertinente. S.Exa tem conduzido muito bem esse processo.

Precisamos fiscalizar esses recursos, mas também lutar por sua liberação. Não só por sua aplicação, mas principalmente por sua liberação. Esse me parece o enfoque maior da Deputada Solange Almeida.

Por isso, Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e quero, mais uma vez, cumprimentar a autora do requerimento de realização desta audiência, os nossos convidados e dizer que o trabalho desta Comissão, desta Casa, a melhor legislação que pudermos elaborar será, com a ajuda de V.Exa, Sr. Presidente, uma tentativa de dar à população, à sociedade uma maior proteção quanto à educação no trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Deputado Simão Sessim.

Com a palavra o Deputado Edinho Bez, a quem peço que seja breve para que possamos liberar o Dr. Alfredo, que está sendo aguardado no Senado para uma audiência pública.



O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Um minuto só.

Primeiro, quero cumprimentar os Deputados, o Presidente, o Inspetor Marcelo, o Dr. Alfredo, nosso conhecido de longa data, e dizer que estamos bem servidos.

O assunto, em razão do tempo, terei que deixar para uma outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Haverá um substituto que responderá por ele também.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Certo. Mas vou aproveitar a presença do Dr. Alfredo.

A Polícia Rodoviária Federal é uma instituição exemplar, se comparada com outras no País. Diria que hoje 2 instituições orgulham o País: a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Não tenho a menor dúvida disso. Não significa que elas não tenham falhas, defeitos, mas estão acima das demais instituições do País, principalmente no que tange à credibilidade, que para mim é fundamental.

Não me alongarei muito, porque prometi ser rápido.

Quero aproveitar a presença de representantes do DENATRAN e da Polícia Rodoviária Federal para dizer que estamos conversando com outros colegas para apresentarmos requerimento de audiência pública para trazermos aqui alguns secretários de segurança pública do País, alguns representantes de DETRAN's para discutirmos as irregularidades que ocorrem hoje nas secretarias, bem como denúncias nos DETRAN's.

Nos DETRAN's do País — não estou “dedando” “a” ou “b”, mas indo no genérico, e não estamos criticando o profissional —, o sistema é vergonhoso.

Por exemplo, para se tirar uma carteira de habilitação tem-se que dar gorjeta para a auto-escola, para o DETRAN. Em São Paulo, um taxista me disse: “*aqui estamos passando na frente da casa da moeda*”. Ai eu falei “*casa da moeda aqui em São Paulo*”? Ele disse: “*É o DETRAN; circula tanto dinheiro aqui, há tanta roubalheira e tanto esquema para se tirar uma carteira de habilitação. Não é possível continuar assim.*” Eu disse ao Presidente e ao Fernando Henrique, quando era Presidente: o cidadão — e eu vou repetir sempre isso — não fala com o Presidente, com o Governador, mas fala com o Deputado, com o Vereador. Aqui

[P12] Comentário: Sessão:0410/09
Quarto:11 Taq.:Eva Rev.:



eles nos pegam pelo braço e conversam constantemente. Nós temos o sentimento da sociedade, os Deputados do Brasil inteiro.

Então, a denúncia de corrupção na construção de presídios, superfaturamento, desvio de recursos, esses cursos que estão sendo feitos aí para a carteira de habilitação de 8, 10, 12 horas, isso se faria com 3, 4 horas, tem gente que dorme no curso. São denúncias que nós recebemos e que alguém tem que botar o dedo. Não é possível! Está todo mundo no faz-de-conta. Nós temos um Poder Judiciário fraco, que não dá exemplo, que sofre denúncias de corrupção. Temos que fazer alguma coisa porque o Brasil é nosso, o Brasil é dos brasileiros.

Eu quero aproveitar para refletir, Presidente Silvio Torres. V.Exa. é um Presidente atuante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Nós estamos pensando em fazer uma audiência pública para pedir esclarecimentos. Alguém tem que colocar o dedo na ferida. Muitas vezes, quem está na instituição não o faz ou processo é viciado. Por exemplo, os cargos de confiança. Qual é o critério para alguém exercer um cargo de confiança, um cargo de tamanha importância, como disse o Deputado Simão Sessim? Nós estamos tratando de segurança pública, da segurança do cidadão.

Era isso o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Deputado Edinho Bez. Gostaríamos, se possível, que o Dr. Alfredo respondesse as perguntas que lhe foram dirigidas, antes de se retirar.

O SR. ALFREDO PERES DA SILVA - Quero informar aos Deputados Edinho Bez, Solange Almeida e Simão Sessim e ao senhor, Presidente, que está havendo uma mudança no sentido da fiscalização. O DENATRAN tem sido cobrado pelo Tribunal de Contas, pela Controladoria-Geral da União pela não-aplicação de recursos, o que é muito bom. A Justiça tem cobrado. Os Procuradores da República têm indagado ao DENATRAN se determinado Município ou Estado está recolhendo o FUNSET. Há várias ações públicas em andamento.

Os Tribunais de Contas Municipais estão fazendo uma coisa muito facilmente: os Procuradores pegam o Orçamento do Município, verificam o quanto foi arrecadado de multa e verificam onde foi gasto o dinheiro. Então, já começou essa



movimentação. E nós tivemos que fazer no DENATRAN, por determinação do Tribunal de Contas, não somente a prestação de contas dos nossos 5%; o Tribunal de Contas determinou que nós controlássemos também os 95%. Esse é um trabalho de longo prazo, mas pelo menos estamos começando a saber quem está pagando e quem não está. E o Tribunal de Contas está exigindo que denunciemos quem não está recolhendo. Eu sempre fui muito otimista, sempre disse que o dinheiro vai aparecer porque o dinheiro existe. Ele precisa retornar para o sistema. E somente com essas ações, com essas cobranças, com essa fiscalização nós vamos garantir que esses recursos realmente sejam aplicados, porque para o DENATRAN esse dinheiro do FUNSET não precisa ser necessariamente aplicado pelo DENATRAN, pode ser aplicado pela Polícia Rodoviária, pelo Ministério do Trabalho, pelo Ministério da Previdência, pelo Ministério do Transporte. O importante é que o recurso seja aplicado na prevenção e na redução de acidentes. Então, essa é a filosofia que o Congresso aprovou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Dr. Alfredo, como eu não fiz perguntas, quero fazer um pequeno aparte no que se refere a essa questão do dinheiro. Levantamento feito recentemente aqui diz que há mais de 200 milhões de reais de superávit financeiro.

O SR. ALFREDO PERES DA SILVA - Um bilhão e 400 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Não, 1 bilhão...

O SR. ALFREDO PERES DA SILVA - ... e 400 milhões. Não são 2 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - De superávit financeiro no DENATRAN.

O SR. ALFREDO PERES DA SILVA - Aí nós temos que somar o FUNSET mais o DPVAT. É que todo mundo fala de FUNSET entendendo que é somando os 2. Somando os 2 é que dá 1 bilhão e 400 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - E foi aprovada uma medida provisória recentemente que autoriza a utilização desse dinheiro para o pagamento da dívida.

O SR. ALFREDO PERES DA SILVA - Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Como é que é isso? Eu queria saber.



O SR. ALFREDO PERES DA SILVA - A grande vantagem desse recurso destinado ao DENATRAN é que é um dinheiro carimbado, não pode ser gasto em outra coisa. Então, é só entrar no SIAFI e ver que o dinheiro está lá separado. Ele não pode ser gasto em outra coisa. Ele serve apenas para superávit primário. Só para isso. Mas ele não é gasto, não pode ser gasto em outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Entra no bolo do superávit primário.

O SR. ALFREDO PERES DA SILVA - Na hora de fazer o Orçamento, é só ver onde é que está o dinheiro e destiná-lo.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Dr. Alfredo, o senhor tem que tomar cuidado porque daqui a pouco o Ministério Público o estará acusando de improbidade administrativa por não estar gastando o dinheiro como o FUNSET determina. O dinheiro está lá e o senhor não o está gastando. Na realidade, a responsabilidade não é sua. Tome cuidado com isso.

O SR. ALFREDO PERES DA SILVA - Mas nós já estamos sendo cobrados. E o Ministro Márcio Fortes está sendo cobrado mais fortemente. Ele tem consciência disso e prefere ser cobrado. Mas nós só podemos ser cobrados a aplicar o que está no Orçamento. Aquilo que não veio para o Orçamento não é problema nosso.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Mas a gente viu que, por exemplo, este ano o Orçamento de vocês é grande, cerca de 500...

O SR. ALFREDO PERES DA SILVA - Quinhentos e trinta e quatro.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Quer dizer, é 5 vezes o valor do ano passado.

O SR. ALFREDO PERES DA SILVA - Sem dúvida.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Agora, se vai ser efetivamente empenhado é outra questão.

O SR. ALFREDO PERES DA SILVA - É outra questão. É verdade. E o Ministro Márcio quer ser cobrado, quer aplicar os recursos. E vamos fazer o possível. Graças a essa ação dele o nosso Orçamento pulou de 106 para 534 milhões. Quer dizer, nessa ação o Planejamento cumpriu a sua parte e disse que a partir deste ano teremos o recurso. A liberação desse recurso será outra coisa.

[P13] Comentário: Sessão:0410/09
Quarto:12 Taq.:Eva Rev.:



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Dr. Alfredo, só para finalizar a sua participação: tive a impressão de que o Deputado Edinho Bez perguntou se o DENATRAN tem alguma capacidade de agir sobre as estruturas dos DETRAN's estaduais nessa questão de desvio ou coisa semelhante. É possível isso?

O SR. ALFREDO PERES DA SILVA - Não. No caso de desvio, não. Por exemplo, os DETRAN's agem por delegação do DENATRAN na emissão de carteiras de habilitação, licenciamento de veículo e tal. Da mesma forma, a Secretaria de Defesa Econômica diz que o DENATRAN e o CONTRAN não têm que se meter, por exemplo, na parte financeira. Então, não somos nós, cada Estado define o valor da carteira de habilitação, a hora/aula, a taxa, é tudo definido por legislação estadual. O DENATRAN, nesse sentido, não tem interferência nenhuma, porque aí seria ingerência da União nos Estados. Então, o que nós temos feito, é desenvolver sistemas. Nós estamos fazendo sistema de biometria, que está sendo aplicado de tal modo que todas as carteiras de habilitação são centralizadas no DENATRAN. Hoje o nosso banco de dados de carteira de habilitação é o mais seguro que existe. Ninguém consegue emitir uma carteira de habilitação sem fazer a consulta ao nosso sistema e receber o código de segurança. Desde a primeira inscrição na autoescola, nós acompanhamos todo o processo. O que acontece? Há venda de carteira, corrupção, falcaturas? Há. Mas quando se descobre o ilícito é só entrar no sistema — a Polícia Federal faz isso — e vai aparecer lá o nome do médico por quem ele teria passado para fazer o exame; o nome do examinador que, em tese, teria que fazer o exame prático; o nome do instrutor; o nome da autoescola. Aparece o nome de todo o mundo. Então, o policial vai lá e prende os envolvidos. Pode haver fraude? Pode. Mas para haver fraude alguém tem que entrar no sistema e inserir os dados. Mas é fácil fazer o rastreamento. Mas não dá para fazermos lá na ponta porque aí é crime e as corregedorias da polícia é que têm que fazer a fiscalização. Não há outro jeito.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Mas não tem como vocês fiscalizarem, sem interferirem no financeiro, se realmente está tudo funcionamento direitinho? Eu fui gerente da Caixa Econômica Federal durante 14 anos. A cada 6 meses eu recebia um inspetor, instrutores, que iam lá ver se o gerente Edinho Bez estava agindo de acordo com a direção da Caixa em Brasília. Também no Banco Central há



inspeção. Não dá para fazer o DENATRAN algo parecido, ficar uma semana lá dentro, verificar se está sendo cumprida a determinação do DENATRAN, se está tudo direitinho? Porque daqui a pouco tem analfabeto lá discutindo com advogado, ou coisa parecida, também verificar se há critérios para a ocupação dos cargos. Não daria para vocês orientarem, fiscalizarem — sei lá, eu estou aqui sugerindo algo nesse sentido.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Só para ilustrar, no DETRAN da minha cidade, pouco tempo atrás, há 1 mês, o jornal *O Globo* noticiou que pessoas pagavam para fazer o teste teórico da seguinte maneira: a pessoa contratada passava e dizia: “*Letra ta*”. Depois, rodava novamente e dizia: “*Letra ta*”. A pessoa que pagou para passar no teste contou isso para o Corregedor do DETRAN do Estado do Rio de Janeiro. Mas nós vemos isso direto, já não é de hoje, ocorre há anos, e, infelizmente, continua.

[MSOffice14] Comentário:
Sessão:0410/09 Quarto:13
Taq.:Herieudes Rev.:

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - A minha sugestão é que haja uma espécie de inspeção periódica. Inclusive, em data incerta — assim é que éramos fiscalizados na Caixa. Cheguem lá e fiquem uma semana lá dentro.

O SR. ALFREDO PERES DA SILVA - Nós acabamos de fazer inspeção em um DETRAN. Mas isso é complicado porque a estrutura do DENATRAN é mínima, o órgão dispõe de muito pouco pessoal. Nós temos que fiscalizar os 923 Municípios que estão integrados e todos os DETRAN's. É realmente complicado, falta-nos estrutura.

Como não temos gente, estamos procurando manter um sistema muito mais eletrônico de fiscalização. A fiscalização pessoal é muito difícil. Nós fiscalizamos mais de 280 empresas que fazem inspeção veicular, para as quais tivemos que montar um sistema. Hoje, lá do DENATRAN, consultamos *on line* cada inspeção feita. É colhida a imagem na hora. Agora, são sistemas que temos que desenvolver. Estamos fazendo isso nos últimos anos. É pouco tempo e falta-nos estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Dr. Alfredo, nós vamos liberar V.Sa., mas eu só queria deixar uma informação — depois, o Dr. Aridney pode completar:

Dr. Alfredo, o art. 13 da Medida Provisória nº 450, de 2008, diz que o excesso de arrecadação e o superávit financeiro das fontes de recursos existentes no



Tesouro Nacional poderão ser destinados à amortização da dívida pública federal, com uma única exceção, que são as vinculações constitucionais das receitas.

Não sei se V.Sa. ou sua assessoria, depois, teria interesse em verificar essa questão.

O SR. ALFREDO PERES DA SILVA - Trata-se da MP 450?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - É a MP nº 450, de 2008, art. 13.

O SR. ALFREDO PERES DA SILVA - Vamos ler com carinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Dr. Alfredo Peres pela presença. Sabemos do seu compromisso no Senado. Temos certeza de que foi muito produtiva a sua vinda aqui.

O SR. ALFREDO PERES DA SILVA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Convidamos o Dr. Aridney Barcellos para tomar assento à mesa, no lugar do Dr. Alfredo.

Para acelerarmos nossa audiência pública, eu selecionei algumas perguntas que eu i fazer ao Dr. Alfredo — eu o poupei para que não ficasse mais atrasado — e ao Inspetor Moreno.

Primeira pergunta: nos CET's das capitais e das grandes cidades também há problema semelhante? Está havendo superávit financeiro e estão deixando de aplicar o dinheiro naquilo que é necessário? Ou seja, isso é uma cadeia dentro do Sistema Nacional de Trânsito do País?

Segunda pergunta, ao Inspetor Moreno: é possível estabelecer uma correlação direta — em que proporção? — entre as verbas destinadas à Polícia Rodoviária Federal e ao próprio DENATRAN e o número de acidentes nas rodovias brasileiras, tanto as federais como as demais?

Terceira pergunta, ao Dr. Aridney: no ano de 2008, foi reservada uma verba de 15 milhões para publicidade, dentro do orçamento aqui demonstrado; para 2009, uma verba de 120 milhões. Achei o número muito expressivo. Quero saber como se justifica esse aumento. Qual é a finalidade disso? Ao mesmo tempo em que para o fomento de projetos de redução de acidentes foi zero, em 2008, para 3,5 milhões em 2009. Uma diferença muito pequena.



Pergunto ao Inspetor Marcelo se esse número de mortes verificado nas estradas, 6.850 — que foi reduzido em relação a 2007 —, diz respeito somente aos números registrados nos locais ou há o acompanhamento até os hospitais. Há informações de que o número seria muito maior.

Todos os números que V.Sa. expressou aqui relativamente à redução de custos para o SUS estão relacionados apenas com os mortos e acidentados nas estradas?

Sobre a Lei Seca, há percepção de que houve abrandamento na campanha? Em caso afirmativo, qual o motivo: faltou verba? faltou pessoal?

Nas rodovias concessionadas os índices, de forma geral, são melhores no que diz respeito à redução de acidentes e à capacidade de fiscalização da própria Polícia Rodoviária Federal?

São essas as minhas indagações. O Dr. Aridney poderia começar a responder.

O SR. ARIDNEY LOYELO BARCELLOS - Deputado Silvio Torres, Deputada Solange Almeida, antes de mais nada, quero cumprimentá-los. Vou procurar representar à altura o Dr. Alfredo, que realmente é um profissional de alto nível, conhece muito bem a área de trânsito. Nós, no DENATRAN, somos os responsáveis pela área econômico-financeiro, de orçamento e finanças, e em determinados assuntos de nível mais estratégico não temos a mesma competência e capacidade do Dr. Alfredo para responder. Mas vou procurar atendê-lo plenamente, Sr. Presidente. Cumprimento o nosso colega Inspetor Moreno, da área de orçamento. É muito bom estarmos aqui. Cumprimento os demais presentes da Polícia Rodoviária Federal e todos os senhores que estão participando desta audiência pública.

Com relação à aplicação dos recursos correspondentes aos 95%, ou seja, os recursos que permanecem nos Estados e municípios — o senhor perguntou sobre os CET's, se eles estão aplicando devidamente esses recursos —, nós do DENATRAN, como o Dr. Alfredo explicou, teríamos por missão também fiscalizar esses recursos. Por falta de estrutura, o DENATRAN não faz diretamente essa fiscalização, conta com os tribunais de contas e com o Ministério Público, que atuam nesses Municípios e pedem a explicação e a regularização das aplicações. Isso tem acontecido em diversos Estados e Municípios. E o DENATRAN tem conhecimento

[MSOffice15] Comentário:
Sessão:0410/09 Quarto:14
Taq.:Herieudes Rev.:



de que em alguns casos realmente os recursos não estão sendo devidamente aplicados. Isso tem sido motivo de ações do Ministério Público em alguns Municípios do Estado de São Paulo, de Santa Catarina, de diversos Estados do Brasil. Nós temos acompanhado isso bem de perto, temos estado em contato com os tribunais de contas dos Municípios e dos Estados pedindo essa aplicação, mas o DENATRAN não tem tido condições de atuar ou fiscalizar. O Deputado Edinho Bez sugeriu que uma equipe do DENATRAN ficasse uma semana no local para fazer a fiscalização. Realmente isso não tem acontecido por falta de estrutura do Departamento Nacional de Trânsito. Mas temos feito o controle dos recursos que são transferidos para o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito. Nesse sentido temos feito um esforço muito grande, criando sistemas de prestação de contas, de informações para que os Estados e Municípios, os DETRANs e os órgãos de trânsito dos Municípios prestem contas dos valores que recolhem ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito.

Nesse esforço, desde o final de 2006 e no decorrer de 2007 e 2008, tivemos várias reuniões em Brasília com todos os diretores financeiros da área de trânsito exatamente para solicitar que verifiquem a aplicação dos recursos, façam a transferência para o fundo e apliquem esses recursos, conforme o Código e a Resolução nº 191 do CONTRAN exigem.

Realmente, é meta do DENATRAN agir na aplicação desses 95% dos recursos. Tornando-se o DENATRAN um órgão mais forte, mais estruturado, esperamos que possamos atuar. Por enquanto, não temos como dar um diagnóstico mais preciso sobre a aplicação dos recursos oriundos de multas em outros Estados e Municípios.

A outra pergunta de V.Exa., Sr. Presidente, foi relacionada ao problema da publicidade: a diferença de 15 milhões para 120 milhões.

Naturalmente, pela disponibilidade de recursos, por todas as negociações realizadas, pelas pressões do Ministério Público e do Ministro Márcio Fortes, o Ministério do Planejamento conseguiu a liberação desse orçamento para o DENATRAN. Conforme anunciou o Diretor do DENATRAN, Dr. Alfredo Peres, de um valor de 106 milhões, conseguimos 534 milhões. Em função disso, tivemos condições de alocar recursos para campanhas de educação de trânsito, de

[P16] Comentário: Sessão:0410/09
Quarto:15 Taq.:Nini Rev.:



prevenção de acidentes e outras campanhas que já estão previstas para este ano. A publicidade de que falamos aqui é de utilidade pública, para campanhas de educação, para motivar a correta direção, não uso de álcool. Para este ano há possibilidade de um reforço orçamentário, a fim de realizarmos essas campanhas.

É essa a razão do aumento do valor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Mas esse valor foi aportado por iniciativa do próprio DENATRAN ou faz parte de um projeto geral do Governo Federal vindo do SECON, por exemplo?

O SR. ARIDNEY LOYELO BARCELLOS - Não. Não há...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Será administrado pelo SECON ou diretamente pela...?

O SR. ARIDNEY LOYELO BARCELLOS - É administrado pelo Departamento Nacional de Trânsito e pelo Ministério das Cidades. Evidente que há, em última instância, gestão do recurso em função de um planejamento de campanhas apresentado pelo Departamento Nacional de Trânsito. O recurso será utilizado em campanhas de âmbito nacional pelo Departamento Nacional de Trânsito. Ele foi mais do que o de 2008 em função da maior disponibilidade no Orçamento.

Com relação à ação de redução de acidente de trânsito — diz aqui: 0 para 3,5 milhões —, na verdade, os recursos alocados nessa ação são provenientes principalmente do DPVAT. Conforme o art. 78 do Código de Trânsito, o DENATRAN aplicará os recursos do DPVAT exclusivamente em redução de acidentes de trânsito. O orçamento zero, a respeito do FUNSET, realmente não existe. Mas os recursos do DPVAT nessa ação representam 252 milhões de reais. Três milhões e meio são só recursos do Fundo. A fonte Fundo corresponde a 3 milhões e meio, e a fonte DPVAT no orçamento corresponde a 250 milhões de reais nessa ação, que é exatamente para prevenção de acidentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Para projetos?

O SR. ARIDNEY LOYELO BARCELLOS - Para projetos de redução de acidentes de trânsito.

Inclusive, conforme o Dr. Alfredo anunciou, nessa ação estão: 100 milhões para o DNIT, para as barreiras eletrônicas; 18 milhões para a Polícia Rodoviária Federal, e outro tanto para a SEMOB, para realizar a parte de mobilidade urbana.



São esses os esclarecimentos.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Sr. Presidente, posso fazer uma intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputada Solange Almeida.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - O jornal *Correio Braziliense*, no dia 10 de agosto de 2008, enfatizou a questão da publicidade e o que a Inglaterra e outros países pensam sobre tudo isso. Afirmo inclusive que as autoridades australianas decidiram abandonar o formato de campanhas que mostravam imagens fortes de acidentes com corpos ensangüentados, carros retorcidos. O público, até se chocava ao ver as cenas, mas não se identificava com aquela situação. É aquela história de pensarmos que pode acontecer com outros e, nunca com a gente.

Então, não sei qual o tipo de publicidade e como está sendo visto isso em outros países.

Mas é claro que nunca podemos correlacionar o Brasil com países como Austrália, Inglaterra, porque, nesses países, existe a punibilidade ao passo que no Brasil existe a cultura da impunidade. Nesses países, desde pequena, as pessoas se acostumam a não fazer determinadas coisas, porque vai haver uma punição severa e grave, o que não acontece no País. Falei só a título de ilustração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sílvio Torres) - Só para complementar, pergunto ao senhor quanto já foi aplicado desses 120 milhões tendo em vista que um terço do ano já se passou?

O SR. ARIDNEY LOYELO BARCELLOS - Para o ano de 2009, nenhum centavo, porque o Ministério — só esclarecendo — está em fase final de aprovação da licitação para a contratação da agência, de cuja seleção não estou participando. Mas sei que existe, já está em fase final. E, assim que a agência for devidamente contratada, teremos condições de iniciar a aplicação dos recursos e realizar as campanhas que forem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sílvio Torres) - Estão sendo licitados todos os 120 milhões previstos no Orçamento?

O SR. ARIDNEY LOYELO BARCELLOS - Sim. Está prevista a licitação de todo o recurso.

[P17] Comentário: Sessão:0410/09
Quarto:16 Taq.:Luciene Motta Rev.:



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sílvio Torres) - Agradecemos ao Dr. Aridney e registramos a presença do Deputado Celso Russomanno, do PP, de São Paulo.

Passamos a palavra ao inspetor Moreno, para dar as suas respostas.

O SR. MARCELO APARECIDO MORENO - Sr. Presidente, antes mesmo de responder às perguntas, gostaria de ressaltar a questão que foi abordada, com propriedade, pela Deputada Solange Almeida, que demonstrou bastante conhecimento de causa, especificamente quanto à relevância de que coloquemos o maior número possível dos nossos policiais focados para o exercício da sua competência de fiscalização em segurança pública.

O Tribunal de Contas da União, em auditoria operacional, por meio do Acórdão nº 343 de 2006, dentre outras recomendações, determinou que essa situação fosse corrigida e, para aumentar o poder de fiscalização do órgão, fosse viabilizada uma estrutura de cargos da área meio, no Ministério do Planejamento. Embora ela esteja em trâmite, faço questão de ressaltá-la, até para que a própria Frente Parlamentar, que está empenhada, possa acompanhar essa questão da alocação de policiais para a atividade-fim.

Quanto à pergunta sobre a relação entre maiores investimentos para a Polícia Rodoviária Federal e uma maior dotação orçamentária, no que diz respeito à diminuição do número de mortos em acidentes, entendemos que há um total nexo de causalidade em relação a diversas ações que devem ser empreendidas para esse objetivo. Podemos citar o exemplo da Espanha e da França que comprovam isso. Nesses países, deve ser observado o conjunto de fatores. O primeiro deles é o que temos visto aqui: o envolvimento das autoridades que devem tratar essa questão como política de Estado — esse é o ponto de partida.

Outro fator são as campanhas educativas, uma vez que todos os países que tiveram resultados significativos em redução de acidentes investiram fortemente nessas campanhas. Por isso, entendemos que a intensificação das ações de educação de trânsito desenvolvidas pelo departamento, diretamente com as escolas e os usuários das rodovias, caminhoneiros, bem como as diversas parcerias que desenvolvemos, certamente resultará nessa redução.

O investimento no monitoramento dessas vias por meio de modernização tecnológica é outro fator. Hoje, a Polícia Rodoviária Federal já tem implementado —



o que não acontece em muitos países, como inovação — o sistema de autuação eletrônica, uma ferramenta de muito anseio, na medida em que reduz o tempo do policial para que ele possa se voltar a outras situações.

Ainda enfrentamos — e sei que essa é uma matéria discutida nesta Casa — a dificuldade quanto ao tempo que o agente, o policial leva nas delegacias de polícia judiciária, quando tem que se ausentar, ficando, muitas vezes, 1 ou 2 policiais responsáveis por um trecho significativo das rodovias, principalmente no interior deste País.

O termo circunstanciado de ocorrência, principalmente para as questões de trânsito, já é utilizado e a questão já é pacificada. Mas especificamente em relação à alcoolemia, à fiscalização de alcoolemia, em virtude de ser o processamento dessa matéria de competência estadual e da pena máxima não permitir a utilização do termo, seria um grande fator para auxiliar, mas certamente, um investimento maior faria com que todo esse ciclo fosse fechado e houvesse maior eficácia nessa redução.

A segunda questão refere-se à contabilização dessas mortes no local.

De fato, o número de mortes apresentado pela Polícia Federal retrata somente as mortes no local do acidente. Não há esse acompanhamento. Nesse sentido, também entra a questão da necessidade de um maior investimento.

Há a previsão legal no Código de Trânsito Brasileiro de que sejam realizadas perícias em relação a esses acidentes. Um dos fatores que têm mostrado muito resultado — cito a França — na prevenção é a investigação mais criteriosa dos dados dos acidentes, das ocorrências. Vemos que, nesse ponto, a Polícia Rodoviária Federal precisa de investimento para melhorar a sua atuação. De qualquer modo, por enquanto, temos o registro apenas dos dados ocorridos no local. Todavia, mediante uma estrutura e integração com outros órgãos competentes, seria interessante...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sílvio Torres) - Há uma troca de informações com o Ministério da Saúde, por exemplo. Há alguém que faz o monitoramento posterior aos acidentes? Porque, além de morrer muita gente, algumas pessoas ficam com seqüelas gravíssimas.

Quem faz esse relatório?

[P18] Comentário: Sessão:0410/09
Quarto:17 Taq.:Luciene Motta Rev.:



O SR. MARCELO APARECIDO MORENO - Essa dificuldade não é só no Brasil. De fato, não tenho conhecimento desse monitoramento. Imagino inclusive que ele não existe. Cito a Espanha, porque recentemente tivemos conhecimento da estrutura deles. A Espanha ainda está avançando para ter esse controle por mais de 30 dias. Lá o controle é feito somente até 30 dias, será feito por mais de 30 dias. O acidente não é algo que represente seguramente todo o impacto desses...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sílvio Torres) - No Brasil, não se faz nada, não há nem autuação, nem condenação.

O SR. MARCELO APARECIDO MORENO - Não tenho conhecimento.

Quanto à outra pergunta em relação à fiscalização de alcoolemia, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal realizou, somente neste ano, 197 mil testes de alcoolemia em função de uma ação de Governo que viabilizou a aquisição de equipamentos. Isso foi bastante divulgado. Até então tínhamos uma limitação de equipamentos para que essa fiscalização fosse intensificada.

Hoje — temos 193 htelômetros — foi elaborada, por determinação da Coordenação Geral de Operações do Departamento, uma instrução de serviço para que todas as Superintendências da Polícia Rodoviária Federal possam fazer a fiscalização do quantitativo mínimo diário obrigatório para uso, principalmente no caráter preventivo. Isso tem surtido muito efeito. Essa instrução exigiu uma fiscalização periódica com metas de controle, principalmente preventivo.

Essas fiscalizações não são feitas visando somente as pessoas que mostram visíveis sinais de embriaguez, mas para conscientizar a população como um todo de que está havendo fiscalização, que a lei aprovada pelo Congresso Nacional está sendo aplicada, que está sendo feito o acompanhamento. Então temos visto que os percentuais têm-se reduzido em relação às ocorrências positivas de direção por embriaguez.

A outra pergunta foi quanto a rodovias concessionadas, se há fiscalização, se elas se mostram melhores. A Polícia rodoviária Federal, nesse segundo lote de concessões, gerenciado pela Agência Nacional de Transporte Terrestre, foi finalmente contemplada com um recurso para o reaparelhamento, para auxílio à fiscalização, com um valor mensal que auxilia nesse sentido. E nós temos sim notado que isso dá mais condições a que a Polícia atue de forma específica.

[p19] Comentário: Sessão:0410/09
Quarto:18 Taq.:Maria Cristina Rev.:



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Viaturas também, equipamentos?

O SR. MARCELO APARECIDO MORENO - Exatamente. Tanto a reforma das instalações físicas, que está prevista ao longo dos 25 anos, quanto a repasse de verbas para o aparelhamento. Isso não acontece — mas já estão feitas gestões, e a própria ANTT é favorável a isso —, nas concessões anteriores, mas o objetivo é que haja porque já tem se mostrado algo bastante eficaz.

Quer dizer, o Poder Público está agindo, concentrando seus esforços, permitindo que a Polícia Rodoviária Federal foque mais na sua especialidade, isto é, dando condições melhores nas vias. E para que não provoque um resultado inverso — aumento da velocidade e dos acidentes — havendo o monitoramento que está previsto no plano de exploração rodoviária, nas concessões que foram licitadas, certamente com melhores condições da via, a parte da engenharia sendo cumprida, a fiscalização tanto de segurança quanto do trânsito, para a Polícia Rodoviária Federal tende a melhorar.

Nós estamos ainda experimentando o início desse novo modelo, porque ele é recente, em relação a melhores condições para nossa atuação nesse trecho. Isso eu digo em relação à Polícia Rodoviária Federal.

Eram essas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao inspetor Marcelo. Quero só dizer a V.Sa. que em São Paulo, onde esse modelo de concessão já foi instalado há mais de 10 anos, a Polícia Rodoviária teve grande avanço.

O SR. MARCELO APARECIDO MORENO - A Polícia Militar Rodoviária Estadual, principalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - A Polícia Militar Rodoviária Estadual principalmente.

Daremos a palavra ao Deputado Celso Russomanno. Estamos encerrando a audiência pública.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Após a fala do Deputado, eu gostaria só de fazer um agradecimento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Pois não. A Deputada Solange Almeida depois pode falar.

O SR. DEPUTADO CELSO RUSSOMANNO - Presidente, eu peço desculpas por ter chegado depois do início da reunião de audiência pública. Ocorre que aqui, e V.Exa. sabe, nós temos uma porção de atividades ao mesmo tempo, e esse acúmulo faz com que tenhamos que ficar um pouco em cada lugar. De uma forma de outra, é importante esta audiência pública. Quero parabenizar a Deputada pela iniciativa e fazer algumas observações, bem rápidas, já que estamos no término da reunião.

Veja, o Inspetor Marcelo falou a respeito do termo circunstanciado. Já houve época em que o termo circunstanciado esteve para ser votado no plenário da Câmara. Eu tenho uma história de vida, ao longo dos últimos anos, desde a década de 80, ajudando a Polícia Rodoviária Federal.

Quando conheci a Polícia Rodoviária Federal eu trabalhava com o Vice-Presidente da República Aureliano Chaves, e descobri que a PRF era subordinada aos engenheiros do DNER. E, mais grave do que isso, os patrulheiros, na época chamados assim, eram regidos pela CLT. Imagine um funcionário público podendo ser demitido da noite para o dia. Era essa a situação da Polícia Rodoviária Federal.

Quem me passou isso na época foi um inspetor que cuidava da Superintendência em São Paulo, o Inspetor Bispo, e eu imediatamente pedi ao Vice-Presidente Aureliano Chaves que quando assumisse a Presidência da República resolvesse o problema da Polícia Rodoviária Federal. E S.Exa. o fez. Quando assumiu a Presidência da República, numa das viagens do Presidente Figueiredo, ele passou a Polícia Rodoviária Federal para o Ministério da Justiça e logo em seguida tornou os patrulheiros funcionários públicos; transformou-os em funcionários públicos. Não podia, como se diz, um policial estar subordinado a um engenheiro do DNER. É incompatível. O policial dormia inspetor e acordava patrulheiro, o que não foi resolvido ainda. Até gostaria de ouvi-lo a respeito disso, porque não conseguimos, na época, resolver parte dessa situação.

Por que não foi aprovado o termo circunstanciado feito pela Polícia Rodoviária Federal? Porque até então na criação da Polícia Rodoviária Federal a formação exigida para os concursos era muito pequena. Então, tínhamos um impedimento.

[p20] Comentário: Sessão:0410/09
Quarto:19 Taq.:Denise Honda Rev.:



Esse foi o impedimento para que não passasse pelo plenário a questão do termo circunstanciado. Sei que hoje a maioria dos policiais rodoviários federais tem curso universitário, tem uma condição diferenciada a respeito disso.

Dessa forma, gostaria de saber como está essa situação, como está a situação das promoções? Talvez o superintendente deva ter cargo de confiança, mas até a condição de inspetor, Deputado, é impossível.

Veja a situação: o inspetor, hoje inspetor, num cargo de confiança, se tiver de punir um patrulheiro terá dificuldade, porque amanhã ele pode estar na condição inversa. E se não tivermos na Polícia Rodoviária Federal as promoções e a garantia da permanência no cargo — não na questão dos superintendentes, porque aí, sim, seriam cargos de confiança do Diretor-Geral, das Diretorias da Polícia Rodoviária Federal, mas na base, nas chefias e até às condições de inspetor —, a situação fica difícil, e o Congresso Nacional pode resolver. Por isso gostaria de tomar ciência do que está acontecendo porque isso ajudaria num processo como um todo.

Gostaria de saber se foi comentado, peço desculpas por ter chegado atrasado, a questão do rebite. Como a Polícia Rodoviária está agindo em relação a isso? Também é um fator que cria acidentes. Quanto à perícia, a Polícia Rodoviária hoje já tem cursos para perito? Como isso está funcionando? Para que a perícia seja feita há uma especialidade.

Veja que na Polícia Civil e na Polícia Federal o perito é um cargo específico, é um concurso específico feito para perito e há uma especialidade que deve ser observada.

Eram essas as considerações que queria fazer.

Finalmente, quero saber por que se demorou tanto tempo para o Ministério das Cidades fazer uma licitação, considerando que as campanhas publicitárias têm que começar 1 ano antes? Ou seja, prepara-se uma campanha publicitária 1 ano antes. Por que demorou tanto tempo para essa licitação ser feita?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradeço ao Deputado Celso Russomanno. Pergunto se a Deputada Solange Almeida gostaria de fazer as perguntas antes das respostas?



A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Sr. Presidente, não seriam nem perguntas. Apenas quero dizer que participamos da Frente Parlamentar e vemos aí uma conquista, que foi uma solicitação da própria Polícia Rodoviária Federal de que o concurso público seja precedido do 3º grau. Isso já é uma conquista.

Agora, no Carnaval, tive a oportunidade de participar da ação da Polícia Rodoviária Federal a convite do Prefeito do Município vizinho de Tanguá. Fiquei admirada porque, mesmo estando aqui dentro participando direto da Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Rodoviária Federal, não conhecia o programa que eles estão executando junto com a USP em São Paulo, e o Hospital das Clínicas de São Paulo, com os motoristas profissionais. O bafômetro, vulgarmente chamado, só pega a questão do álcool. Nesse programa eles param o motorista profissional e perguntam se ele, voluntariamente, participaria do programa. Então eles explicam como é o programa, colhem sangue, fazem exames de diabetes, de hipertensão a fim de ver os níveis de drogas no sangue. Pegam cerca de 10% dos profissionais com uso de rebite e até cocaína.

Pode-se ver que é um programa interessantíssimo, um programa pioneiro. Eu nunca tinha ouvido falar sobre esse projeto que estão executando juntamente com o Hospital das Clínicas de São Paulo para justamente trabalhar o motorista profissional. Achei algo excepcional, fiquei admirada, encantada. Inclusive, foi motivo de discurso meu aqui na Casa.

[p21] Comentário: Sessão:0410/09
Quarto:20 Taq.:Denise Honda Rev.:

Outra coisa que o meu ilustre colega perguntou foi em relação às concessionárias, às rodovias concedidas. Também participei da entrega no meu município dos carros, dos veículos para a Polícia Rodoviária equipados com *laptops* e blindados, assim como a entrega de coletes à prova de balas.

Agora tive a notícia de que uma ponte caiu, por conta da chuva no Município de Casimiro de Abreu, e em menos de 20 horas a rodovia já estava com passagem, o que antigamente ficaria, pelo DNIT, de 3 a 4 dias interrompida.

Realmente não há o que discutir na questão da concessão, é uma melhora. Discutimos, sim, a continuidade da cobrança do IPVA, a continuidade da cobrança da CIDE. Como é que isso está sendo feito? Porque as pessoas só estão pagando, pagando, e no final tem que se pagar um pedágio porque não há uma rodovia adequada. Não somos contra a cobrança do pedágio, somos contra à continuidade



do pagamento de outras coisas, pois somos obrigados a pagar o pedágio para ter uma rodovia de qualidade.

Quero dizer da minha alegria em relação à pronta disponibilidade de vocês de aqui comparecerem. Parabenizo o nosso Presidente pela agilidade com que tem conduzido os trabalhos desta Comissão, e quero dizer que estamos juntos para buscar efetivar mais programas como esse.

Fico admirada de ver 120 milhões de reais. Também fui Prefeita e sei como funciona isso. Não poderia ter sido feita uma coisa no passado se não havia dotação orçamentária. E nesse volume é realmente uma coisa demorada, complicada, pois está sujeito a toda a burocracia a que o gestor público está sujeito.

Agora, eu gostaria de ver mais projetos da Polícia Rodoviária Federal contemplados. Esses 18 milhões são muito bem vindos, mas que possamos, na nossa atuação parlamentar, brigar para que a Polícia Rodoviária, que tem uma capilaridade imensa nesse País, uma credibilidade, como diz o Deputado Edinho Bez, possa ser contemplada com mais recursos. E, com certeza, virão projetos criados pela Polícia Rodoviária, pela sua competência, pela sua capacidade, porque o policial rodoviário vê nas bases. Se o Deputado ouve do motorista de táxi, o que dirão eles, os policiais, que estão direto na rodovia? Eles sabem o que acontece — apreensão de drogas, apreensão de pessoas foragidas. O trabalho deles na segurança pública é imenso. Dessa forma, que eles pudessem ser contemplados com mais recursos a fim de que possam trabalhar ainda mais pelo nosso País.

Muito obrigado e parabéns pelo trabalho que estão executando. Contem conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradeço à Deputada Solange Almeida, autora do requerimento.

Vamos passar para a fase de encerramento da nossa audiência pública. Há algumas perguntas que vão ser respondidas.

O Sr. Sérgio Max, Coordenador-Geral de RH da Polícia Rodoviária Federal pediu-me para fazer uma intervenção. Só quero explicar que regimentalmente não é possível esse tipo de intervenção, mas vamos conceder ao senhor 1 minuto para sua manifestação. Peço que seja breve, pois o inspetor vai continuar discorrendo sobre as questões.



O SR. SÉRGIO MAX - Sr. Presidente, só gostaria de fazer um registro até em defesa desta Casa, porque muitas vezes ela é cobrada e os resultados que advêm das suas ações nem sempre são reconhecidos. Em função dessa audiência, fiz uns estudos no que diz respeito a acidentes pós-Código Nacional de Trânsito. Deputado Celso Russomanno, V.Exa. pode ter certeza de que em função daquela iniciativa legislativa muitas vidas foram salvas.

Mantemos, desde 1998, época da sanção do Código de Trânsito, até a data de hoje um controle sobre o número de mortos nas rodovias — praticamente o mesmo, até com uma pequena redução. Parabenizo esta Casa, Deputado.

Fico satisfeito quando venho aqui, porque a Polícia Rodoviária Federal é nascida aqui dentro. O Deputado Celso Russomanno deu um testemunho disso.

Um outro registro é que a Deputada Solange Almeida esteve presente num período em que estávamos fazendo comando de saúde. É um trabalho educativo, preventivo que realizamos em todo o País, é um ambiente de pesquisa para detectar a condição de saúde do motorista profissional autônomo, principalmente. Na verdade, o motorista profissional autônomo é um nômade e vive praticamente 24 horas na rodovia em busca do seu sustento, em função de distorções que não nos cabe analisar.

Através desses comandos de saúde, nós fazemos inúmeros exames e agora estamos entrando nos exames de toxicologia. Em uma dessas oportunidades, recebemos a visita da Deputada Solange Almeida, que é uma Parlamentar que honra esta Casa por sua atuação,

Para mim foi uma grande surpresa porque, nesses períodos de grandes feriados, o diretor determina que toda a sua coordenação vá para a rodovia fiscalizar o trabalho que é feito pela Polícia Rodoviária nos diferentes Estados. Nesse Carnaval, coube a mim fazer um trabalho educativo de comando de toxicologia e um comando de etilômetro. Registro: minha satisfação foi receber a presença do Congresso Nacional, através da Deputada Solange Almeida, quando ela pode verificar o trabalho que estava sendo executado relacionado a uma dessas preocupações que o senhor manifestou, que é o uso do rebite pelo motorista profissional. E, pasmem, nós estamos constatando o uso de drogas, especificamente cocaína, na região de fronteira, e outras drogas mais.

[P22] Comentário: Sessão:0410/09
Quarto:21 Taq.:Daisy Rev.:



Este ano, nós estamos focados em parceria com o SESC/SENAT para fazer um estudo mais completo em todo o País para nos certificar desses problemas. Então, logo, nós vamos ter essas respostas em números positivos, em parcerias com a USP, São Paulo, que vão nos permitir dar uma resposta a essa pergunta.

Sr. Presidente, eu fiquei incomodado aqui em fazer esse registro porque eu acho muito importante essa audiência pública, assim como a participação do Congresso Nacional na vida da Polícia Rodoviária Federal. E registro, já que nós estamos tratando de FUNSET e educação de trânsito, que o nosso orçamento é de 200 mil reais. A Polícia destinou ao fundo R\$9.300.336,61. Foi a contribuição da Polícia Rodoviária Federal para a FUNSET. No nosso orçamento nós temos 200 mil reais para fazer um trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Duzentos milhões? Duzentos mil?

O SR. SÉRGIO MAX - Duzentos mil reais. É o orçamento da coordenação. Eu digo porque eu estou aqui com o meu pessoal da área de ensino, e uma das coisas que nos deixa bastante incomodados é querer fazer e não ter como fazer. Então, só quero deixar esse registro: 200 mil reais para, no ano de 2009, fazer todas as ações de educação de trânsito em nome da Polícia Rodoviária Federal.

Era esse o registro. Agradeço à Deputada Solange Almeida, ao Deputado Celso Russomanno. E quero registro, Deputado, que os nomes dos senhores estão na história da Polícia Rodoviária Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos o Dr. Sérgio Max.

Vamos para o encerramento, passando a palavra primeiro ao Dr. Aridney, depois, o Sr. Marcelo finaliza.

O SR. ARIDNEY LOYELO BARCELLOS - Nossa resposta é rápida. A Deputada Solange Amaral já praticamente...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Solange Almeida.

O SR. ARIDNEY LOYELO BARCELLOS - Perdão, é Solange Almeida. A Deputada Solange Almeida já praticamente esclareceu e é isso mesmo, o projeto de lei orçamentária é encaminhado em 31 de agosto e tem até 31 de dezembro para



ser votado. Então, quando nós soubermos que o projeto de lei contemplava 120 milhões, já, a partir de outubro, novembro, iniciamos os procedimentos licitatórios. Assim que tivemos a aprovação e a disponibilidade orçamentária para certificar a licitação é que ela foi feita. Então, esse é o motivo de ela estar já agora em abril em fase final. Então, foi essa a situação, Sr. Presidente.

Era esse o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Inspetor Marcelo Moreno, poderia finalizar a sua participação.

O SR. MARCELO APARECIDO MORENO - Sr. Presidente, aproveitando para complementar as respostas do Deputado Celso Russomanno, que mencionou o termo circunstanciais de ocorrência. Mais uma vez foi muito bem colocado pela Deputada Solange Almeida o aspecto de que hoje, a partir do ano passado, o ingresso aos quadros do Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem como exigência, pré-requisito, o nível superior.

Hoje, na formação desse policial, há uma série de disciplinas ligadas à legislação, Direito Penal, por exemplo, como é o caso, direitos humanos, exatamente porque nós atuamos, além do trânsito, com segurança pública. Somos integrantes da segurança pública. E todas essas exigências hoje são fatos para o desempenho adequado das nossas atribuições.

Quanto à estrutura de cargos e a essa preocupação em relação a hoje alguém estar em uma função e amanhã deixar de estar, foi muito bem colocado pelo Deputado Celso Russomanno, que muito já se avançou, mas ainda não está totalmente estruturado. Há uma lei que previu que essa carreira fosse hoje escalonada com agente recém-ingressado, agente especial e inspetor. A lei está pendente agora da regulamentação na parte relacionada a quais os cursos, os treinamentos, as etapas que deverão ser cumpridas para essa sucessão.

Entretanto, o que tranquiliza é que os cargos de Direção e Assessoramento, os cargos gerenciais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, diferentemente do que acontece às vezes em outros órgãos, são na sua totalidade — ainda que haja a faculdade legal de serem livre nomeação preenchidos por qualquer um do povo —, na sua totalidade, preenchidos por servidores dos quadros do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Ainda que não haja essa perfeita

[P23] Comentário: Sessão:0410/09
Quarto:22 Taq.:Daisy Rev.:



adequação dessa ascendência, são pessoas que são concursadas e têm informações mais detalhadas em relação à Polícia. Há inclusive uma proposta do Governo de que as carreiras típicas do Estado, entre elas as do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, tenham inclusive uma outra denominação para esses cargos de Direção e Assessoramento, exatamente pela característica de que já normalmente são destinados a quem é do quadro efetivo.

O rebite e a questão do exame toxicológico.

O SR. DEPUTADO CELSO RUSSOMANNO - Só uma colocação, me perdoe.

O SR. MARCELO APARECIDO MORENO - Pois não.

O SR. DEPUTADO CELSO RUSSOMANNO - Vejam o que nós precisamos fazer para ajudar com que essa reestruturação, essa regulamentação, seja o mais rapidamente colocada em prática, porque eu acho que isso é importante para a formação inclusive. Há alguns anos, eu fiz um curso na Highway Patrol, na Califórnia. A Highway Patrol, como o senhor sabe, faz policiamento de rodovia e o Capitão, que era o comandante da Highway Patrol, dizia para mim o seguinte, que uma das coisas que incentiva o policial é o crescimento dentro da carreira. E lá eles saem de patrulheiros nas ruas e vão a capitão, todos nas mesmas condições, desde que a pessoa persiga e tenha bons antecedentes, uma boa ficha, ela está crescendo na carreira. E eu acho que isso melhora a qualidade da Polícia.

Por isso, o que nós pudermos fazer na Comissão e no Congresso Nacional, por favor, nós estamos à disposição para que isso seja feito o mais rápido possível a fim de terminar essa etapa de regularização da situação dos Policiais Rodoviários Federais.

O SR. MARCELO APARECIDO MORENO - Agradeço o empenho — e o nosso Coordenador-Geral de Recursos Humanos está presente —, que é importante exatamente para que possamos ultimar todas as providências nesse sentido. É bom contar com o apoio desta Casa.

A questão do rebite já foi colocada, assim como a dos exames toxicológicos em parceria com a Universidade de São Paulo. A perícia é uma previsão legal do Código de Trânsito, ainda que o Deputado tenha colocado que, na Polícia Federal tem cargo específico, mas nós entendemos que há uma previsão legal. Pode até ser



passível talvez de uma regulamentação. E hoje uma formação dessas na própria Academia Nacional de Polícia leva uns 3 meses de especialização para se sair perito.

No caso de acidente, tem essa vantagem, porque é um tema apenas. Não é todo um universo técnico de conhecimento, mas ele é mais focado para uma questão que inclusive já é desempenhada no nosso dia a dia. Mas contamos também com o apoio para implementarmos, para termos a certeza de que para reduzir e atuar com objetividade em relação aos dados de acidentes cada vez maiores, de aumento de frota, precisa haver uma análise mais científica dos resultados desses acidentes.

E, só para complementar, hoje a Polícia Rodoviária Federal tem 32 projetos operacionais. E nós estabelecemos a linha de prioridade e também a disponibilidade de recursos financeiros, a fim de que eles possam ser implementados. Mas, de fato, confirma a preocupação da instituição e o nosso esforço em buscar otimizar e dar mais tecnicamente possível a condução das nossas atividades, incrementando com tecnologia.

Agradeço, Sr. Presidente, pela oportunidade, à Deputada Solange Almeida, que provocou este debate extremamente relevante. Uma das causas de maior índice de mortes no País é a segurança viária. Está aqui a Comissão preocupada com esse aspecto.

O Deputado Celso Russomanno fez as suas observações e, testemunho, colaborou nessa trajetória da Polícia Rodoviária Federal, nessa nossa missão de salvar vidas.

Aproveito a presença do nosso Diretor-Geral, Inspetor Hélio Cardoso Derenne, para agradecer mais uma vez, a todos, em nome da Polícia e de todos os nossos servidores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Muito obrigado.

Registramos, como já dito, a presença do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Dr. Hélio Cardoso Derenne. Foi muito bem representado aqui S.Sa. pelo Inspetor Moreno e pelos demais membros da Polícia Rodoviária Federal que compareceram.



Agradecemos a todos a presença, ao Dr. Alfredo Peres, que teve de se retirar, e ao Dr. Aridney Barcelos, que o representou no final.

Convoco os Parlamentares desta Comissão para audiência pública, na próxima terça-feira, dia 28 de abril, às 14h30min, destinada a discutir os efeitos financeiros e patrimoniais nas ações previstas no Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2008-2017, da qual participarão os seguintes convidados: Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, e Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, do Ministério de Minas e Energia.

Cumprimos a Deputada Solange Almeida pela iniciativa desta audiência pública.

Agradecemos pela presença ao Deputado Celso Russomanno e aos demais Deputados.

Está encerrada a presente reunião.